# IGLEZIAS, TOUTENGE & FREITAS DE RESULTADO

A D V O C A C I A

# QUEM SOMOS?

Há 35 anos no mercado, procuramos atender de forma rápida e sempre presente aos anseios de nossos clientes em todas as áreas do Direito, com ênfase, especialmente, na advocacia preventiva, evitando assim lides temerárias que possam ocasionar prejuízos indesejados.







(91) 9.8333-0880



it.advocacia@gmail.com

Profissional com mais de 20 anos de experiência, destacando-se regional e nacionalmente por sua atuação em defesa de servidores públicos e causas sindicais. Especialista em direito administrativo, com forte atuação em processos envolvendo assédio moral e sexual, também presta consultoria em gestão administrativa e planejamento operacional. Com trajetória sólida em importantes entidades e na defesa de direitos sociais, ministra palestras sobre temas relevantes, sendo referência na proteção e valorização dos servidores públicos.



# Lara Iglezias

## ADVOGADA

Sócia do Escritório Iglezias, Toutenge & Freitas desde 2005

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Direito (2005)
   Universidade da Amazônia (UNAMA)
- Graduação em Adm. Comércio exterior (2002)

Universidade da Amazônia (UNAMA)

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RESUMIDA

- Assessora Jurídica do Sindicato da Polícia Federal (2005 a 2016)
- Membro eleita da Comissão Jurídica Nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União de 2010 a 2022.
- Assessora Jurídica Pro bono da Fundação Pestalozzi do Pará desde 2008.
- Assessora Jurídica do Sindicato da Polícia Federal de 2005 à 2016.
- Especialista em gestão em comércio exterior;

- Assessora Jurídica do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal nos estados do Pará e Amapá de 2008 a 2023Consultora em gestão administrativa e planejamento operacional;
- Especialista em Direito Administrativo, mormente dos servidores públicos federais com atuação direta em sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD) há 20 anos.
- Palestrante a nível nacional de temas como: defesa dos servidores públicos em processos relativos a assédio moral e assédio sexual.





(91) 98333-0990



it.advocacia@gmail.com

Advogado com mais de 30 anos de experiência, reconhecido nacionalmente por sua destacada atuação na defesa de servidores públicos federais, tanto na esfera administrativa quanto judicial. Com vasta trajetória em órgãos públicos, sindicatos e empresas, possui ampla expertise em todos os braços do Direito, mormente em direito tributário, administrativo e licitações. Também atua como consultor em gestão administrativa e ministra palestras sobre procedimentos jurídicos, sendo referência pela firmeza e excelência na defesa dos interesses de seus clientes.



## Samir Toutenge

## ADVOGADO

Sócia do Escritório Iglezias, Toutenge & Freitas desde 1990

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

• Graduação em Direito (1982)

Universidade Federal do Pará

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RESUMIDA

- Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Obras nos períodos de 1985 a 1986; de 1989 a 1990; de 1992 a 1993.
- Assessor na Prefeitura Municipal de Belém (1984 a 1988)
- Chefe do Núcleo Jurídico da SEURB-Belém (1988 a 1992)
- Gerente Jurídico Norte de White Martins Gases Industriais do Norte S/A (1992 a 2008)
- Diretor Geral da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD de 2005 a 2010;
- Assessor Jurídico do Sindicato dos Policiais Federais do Pará (1992 a 2016)

- Assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá de 2008 até 2023;
- Assessor Jurídico (Pro bono) da Fundação Pestalozzi do Pará desde 2012.
- Assessor Jurídico do Sindicato dos Motoristas Autorizados no Transporte Alternativo Intermunicipal de Belém/PA desde 2015
- Assessor Jurídico do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado do Pará desde 2017.
- Consultor em gestão administrativa e licitações para diversas prefeituras do Brasil.





(91)99159-7073



it.advocacia@gmail.com

Profissional com mais de 10 anos de experiência, destacando-se pela ampla atuação em diversas áreas do direito, com forte expertise em demandas envolvendo servidores públicos federais, tanto na esfera administrativa quanto judicial. Reconhecido pelo sucesso em suas atuações, também se dedica a ministrar palestras sobre temas variados, contribuindo para a disseminação do conhecimento jurídico e a defesa eficaz dos interesses de seus clientes.



## **Arthur Freitas**

## ADVOGADO

Sócia do Escritório Iglezias, Toutenge & Freitas desde 2015

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

• Graduação em Direito (2005-2009)

Universidade Federal do Pará

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Assessor Jurídico do Sindicato dos Policias Federais no Estado do Pará – SINPF/PA (2010 a 2016)
- Assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá – SINDJUF-PA/AP (2010 a 2023)
- Assessor Jurídico Pro bono da Fundação Pestalozzi do Pará (Desde 2012)
- Assessor Jurídico do Sindicato dos Proprietários de Vans e Micro ônibus Operadores Autorizados no Transporte Alternativo de Belém/PA – SINPROVAN/PA (Desde 2015)

- Assessor Jurídico do Sindicato dos Centro de Formação de Condutores do Pará-SINDCFC/PA (Desde 2017)
- Assessor Jurídico de campanha de candidato ao cargo de Governador do Estado do Pará (Eleições de 2022)



- 01 Ação para restituição de valores indevidamente retidos a título de PSS em pagamentos de Precatórios e RPVs
- 02 Defesa em ação criminal com acusação de tortura praticada pelos agentes demonstração da inocência ação julgada improcedente
- 03 Ação postulando o pagamento do Adicional de Fronteira
- 04 Arquivamento de PAD por ocorrência pública durante o serviço que não trouxe nenhuma repercussão ou exposição do nome da instituição
- 05 Reversão judicial de decisão do TCU que determinava a exclusão de rubrica (Quintos/Décimos) recebida pelos servidores há mais de 05 (cinco) anos (TRT-8ª, JF/PA, TRE/PA)
- 06 Reversão administrativa de exclusão de rubrica do contracheque de Oficiala de Justiça em razão de suposta acumulação indevida (JF/PA)



- 07 Reversão judicial de exoneração de servidor público do TRT-8ª com o pagamento de todas as vantagens devidas no período de afastamento
- 08 Cancelamento judicial de penalidade de suspensão aplicada por comissão de PAD do TRT-8ª, com pagamento dos valores devidos pelos dias de afastamento
- 09 Garantia de pagamento de proventos integrais em aposentadoria decorrente de doença grave de servidor do TRE/PA
- 10 Ação para não desconto de valores recebidos de boa-fé pelos servidores em razão de atuação voluntária da administração (TRT-8ª, JF/PA, JF/AP, TRE/PA, TRE/AP e JM)
- 11 Ação pleiteando o pagamento do Adicional de Penosidade em favor dos servidores lotados em zonas fronteiriças (TRT-8ª, JF/AP, TRE/PA, TRE/AP e JM)
- 12 Ação para pagamento de auxílio pré-escolar aos servidores com filhos (TRT-8ª, JF/PA, JF/AP, TRE/PA, TRE/AP e JM)



- 13 Ação para não incidência de Imposto de Renda sobre verbas de natureza indenizatória, com restituição de valor descontado (TRT-8ª, JF/PA, JF/AP, TRE/PA, TRE/AP e JM)
- 14 Exoneração de função de superior hierárquico que praticou atos de assédio moral contra servidores (TRT-8ª)
- 15 Celebração de Termos de Ajustamento de Conduta para afastar punição grave de servidores em casos mais sensíveis (TRT-8ª e JF/PA)
- 16 Arquivamento de PAD sem punição em casos de ocorrência de menor potencial na qual ficou comprovada a boa-fé do servidor (TRT-8ª, JF/PA, JF/AP, TRE/PA, TRE/AP e JM)
- 17 Arquivamento de PAD sem punição em razão de atos da vida privada sem repercussão ou exposição do nome do órgão ao qual vinculado o servidor (TRT-8ª)
- 18 Reversão de punição em razão de problemas no serviço decorrentes de questão de saúde (TRT-8ª, JF/PA e TRE/PA)
- 19 Reversão em recurso de avaliação em estágio probatório negativa ao servidor contrária aos indicadores de produção (TRT-8ª, JF/PA e TRE/PA)



- 20 Garantia de aumento de valor de auxílios em razão de elevação de custos para a atividade exercida (TRT-8ª, JF/PA, JF/AP, TRE/AP e JM)
- 21 Anulação de punição a servidor que não atendeu ordem de viagem pelo não repasse do valor das diárias (TRT-8ª)
- 22 Reversão de aposentadoria por incapacidade em razão da comprovação de precariedade do entendimento da junta médica, demonstrando-se com base em apontamento médico a necessidade de acompanhamento da evolução por maior período (TRT-8ª)
- 23 Arquivamento de PAD sem punição em razão de não cumprimento de ordem de superior estranha às atribuições do agente (TRT-8<sup>a</sup>)
- 24 Arquivamento de PAD sem punição por prática em serviço que não tem repercussão institucional e não traz prejuízo à administração, configurando-se como ato da vida privada (TRT-8ª)
- 25 Arquivamento de PADs sem punição por acusação de assédio sexual (TRT-8ª)



- 26 Sentença de garantia do direito à remoção em decorrência de questão de saúde de ascendente do servidor sem outro familiar apto a prestar cuidados (TRE/AP)
- 27 Arquivamento de PAD sem punição para o servidor pela utilização de senha, em abuso de confiança, por terceirizado para a prática de ato indevido (TRE/PA)
- 28 Anulação judicial de procedimento administrativo que culminou na exoneração do servidor da UFPA em razão erro no procedimento de avaliação de estágio probatório e suspeição de membros da comissão avaliadora e do colegiado julgador
- 29 Garantia de remoção à servidora do IFMA com laudo indicativo de tal necessidade decorrente de questão de saúde própria ou na família
- 30 Arquivamento de PAD da Policia Militar do Pará, sem qualquer punição, por acumulo de cargos, após opção por um deles e demonstração de ausência de prejuízo ao serviço
  - OBS.: Este é apenas um pequeno demonstrativo de algumas demandas administrativas e judiciais para que possam conhecer um pouco de nossa atuação junto às questões envolvendo servidores públicos federais.

